



GUIA DE CURSO

Reforma da Administração Local, Inovação e Novas Competências



Regime de E-learning - 1ª Edição (2019-20)

Coordenador: Doutor Mário do Carmo



Índice

INTRODUÇÃO	3
ENQUADRAMENTO	4
PÚBLICOS-ALVO	5
PRÉ-REQUISITOS DOS FORMANDOS	5
OBJETIVOS	6
COMPETÊNCIAS A DESENVOLVER	6
PLANO DE ESTUDOS E ESTRUTURA CURRICULAR	6
METODOLOGIA E SISTEMA DE TUTORIA	10
AVALIAÇÃO	11
CANDIDATURAS	11
PROPINAS	ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.
COORDENAÇÃO	11
CONTACTOS PARA INFORMAÇÕES	11
CORPO DOCENTE	11

INTRODUÇÃO

Pioneira no ensino superior a distância em Portugal, a Universidade Aberta (UAb), ao longo dos seus 30 anos de existência, tem promovido ações relacionadas com a formação superior e a formação contínua, contribuindo igualmente para a divulgação e a expansão da língua e da cultura portuguesas, com especial relevo nos países e comunidades lusófonos.

A UAb tem procurado, particularmente, incentivar a apropriação e a autoconstrução de saberes, concebendo e lecionando cursos de 1º, 2º e 3º ciclos, formando técnicos e docentes, de acordo com uma assumida filosofia de prestação de serviço público.

Os docentes e investigadores da UAb têm desenvolvido atividades de investigação científica através da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, concebendo e produzindo materiais pedagógicos nas áreas da tecnologia do ensino e da formação a distância e da comunicação educacional multimédia.

A oferta de ações de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) da Universidade Aberta é também suportada na Internet e recorre à plataforma informática Moodle, sendo desenvolvido em regime de ensino a distância online, assíncrono, com tutoria ativa e permanente, através de fóruns de discussão.

O ensino a distância é uma modalidade de ensino-aprendizagem que nasceu no final do século XIX, que a rápida evolução das telecomunicações e da informática veio alterar radicalmente, acrescentando novas e importantes potencialidades que fazem dele o regime de ensino do futuro.

A atual expansão da Internet e da World Wide Web (WWW) e o desenvolvimento ainda mais recente dos programas informáticos de gestão do ensino-aprendizagem vieram, de facto, modificar o panorama do ensino a distância, permitindo a criação de espaços virtuais de ensino com designações diversas (centro de ensino virtual, escola virtual, etc.), onde a palavra «virtual» apenas significa que esses espaços não têm implantação e realidade físicas palpáveis.

É no espaço virtual de formação/aprendizagem da UAb que se vai desenvolver o curso “**Reforma da Administração Local, Inovação e Novas Competências**” o qual a seguir se apresenta com maior detalhe.

ENQUADRAMENTO

Tradicionalmente a administração local caracteriza-se por uma desmedida centralização e estandardização. Hoje em dia, perante o impulso da onda reformista de mudança de paradigma autárquico, desenvolveu-se o processo de autonomização e a implementação de novos modelos de administração, direção e gestão, o que corresponde a um aumento das atribuições e competências para o poder local. Além disso, o surgimento do Estado Social fez com que as exigências e pressões do cidadão para com o Estado e Administração aumentassem constantemente ao longo das últimas décadas, exigindo-se cada vez mais e melhores serviços públicos.

Por esta razão, mas também devido à escassez de recursos, a reforma e a modernização administrativa têm sido uma preocupação constante dos sucessivos governos. A inovação é uma necessidade da Administração Autárquica. No mundo atual, estimulada pelos progressos já feitos na ciência política sobre os novos desafios da cidadania participativa, nos novos modelos de gestão pública de que o conhecido, as teorias da agência, dos custos de transação e as redes, entre outras teorias são testemunho cabal.

No essencial, estes novos movimentos de reforma e modernização centram a sua atenção na incapacidade de o Estado gerir sectores económicos inteiros, pelo fraco dinamismo face aos clientes, pela entropia face à evolução tecnológica e pela ausência de reais economias de escala nos custos.

O que está em causa é a obtenção de um serviço público de qualidade, definido pelos olhos dos munícipes, prestado com eficiência, eficácia e economicidade. Aumentar a qualidade e reduzir os custos é o segredo destas novas posturas teóricas, que fomentam fortemente os processos de inovação tecnológica e social.

Hoje, não se pede à Administração Autárquica ou ao Estado em geral, que seja um grande empregador, para resolver os problemas das taxas de desemprego. Isso, se constituiu no passado parte da sua missão, não o é mais. Pede-se hoje às Autarquias que prestem um serviço de qualidade a menor custo. Ora, esta mudança de postura da Administração Autárquica, de uma cultura de regras rígidas e hierarquias para uma cultura de serviço de qualidade e flexibilidade, exige que sejam criadas condições novas de interação entre a tecnologia e as dimensões sociais, económicas e culturais, ou seja, numa palavra, exige inovação.

Esta evolução no modelo de governação requer dos dirigentes uma nova forma de liderança na qual o exercício da democracia seja mais efetivo. A abordagem tradicional na liderança na administração local enfatiza a ideia de autoridade e controlo, princípios que não respondem à realidade atual da governação. Os modelos de gestão pública, cuja essência se baseia na administração científica e nas teorias clássicas de gestão, necessitam de evoluir para novos estilos e novas formas de abordar os problemas e encontrar soluções num contexto em que a incerteza, a mudança o conhecimento são cada vez mais os elementos que caracterizam o ambiente em que os dirigentes atuam.

A nova administração requer estratégias que permitam a participação das partes que são afetadas ou envolvidas na solução, procurando através da participação, a integração da informação que está disponível na solução. A liderança num contexto de governação participada terá de ser entendida como uma atuação coletiva que inclui o envolvimento da sociedade (Araújo, 2003).

A complexidade dos problemas atuais, o alargamento das áreas de intervenção dos municípios, a necessidade de envolvimento e participação dos cidadãos e outros atores locais requer a adoção de outras formas de colaboração, mais flexíveis e informais, que permitam o desenvolvimento de dinâmicas locais em áreas como a valorização de recursos locais e de intervenção ambiental, a animação cultural, a intervenção social e outras. A realidade heterogénea dos municípios e a complexidade da realidade social e económica de cada um requer estratégias de intervenção de desenvolvimento diferenciadas.

O desafio agrupa-se na necessidade das autarquias serem ainda mais eficientes e capazes de promover novas políticas municipais e de se adaptarem às exigências de uma sociedade em mutação, por forma a aumentar o seu valor para o público no curto e longo prazos, em relação às suas políticas sectoriais de intervenção local, respondendo à necessidade de profissionais com elevados conhecimentos académicos e científicos, que, por

via profissional ou académica, possam ser agentes indutores da inovação do contexto organizacional e práticas de administração.

Em suma, o curso “**Reforma da Administração Local, Inovação e Novas Competências**” procura justamente responder às exigências de uma Administração Autárquica cada vez mais atualizada com maior rigor e responsabilização na gestão dos recursos públicos, na difusão do conhecimento, na modernização, na qualificação da administração autárquica e no bem-estar da comunidade e da educação dos seus munícipes.

Neste contexto, a Universidade Aberta, consciente de que também ela, como instituição pública de ensino e formação, tem responsabilidades no desenvolvimento de todas as estratégias que visem melhorar as condições de trabalho e desta forma melhorar a produtividade e a competitividade das autarquias e do poder municipal, organizou e oferece o presente curso, a desenvolver em regime de e-learning, na certeza de que ele responderá a uma preocupação crescente das entidades diretamente envolvidas na sua gestão.

PÚBLICOS-ALVO

São destinatários deste curso:

- Autarcas e potenciais candidatos às autarquias, técnicos superiores da Administração Local que aspirem ao exercício de funções de dirigentes e necessitem do desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais;
- Atuais dirigentes, envolvidos em processos de renovação das suas comissões de serviço, que pretendam desenvolver as suas competências;
- Assistentes operacionais e assistentes técnicos das autarquias;
- Funcionários das Comunidades Intermunicipais (CIM);
- Estudantes de licenciaturas em educação e ciências sociais da Universidade Aberta que tenham projetos de ingresso nas autarquias;
- Outros, com especial interesse na gestão das autarquias, que desejem obter vantagem competitiva através do acesso às mais avançadas práticas gestionárias.

PRÉ-REQUISITOS DOS FORMANDOS

Consideram-se importantes fatores de frequência no âmbito deste curso a motivação dos formandos e a sua disponibilidade total para interagir com os formadores na colocação de questões ou dúvidas sobre as matérias e disponibilidade de tempo para estudarem os conteúdos, elaborarem todas as atividades sugeridas, as autoavaliações propostas. Cumulativamente, os formandos devem possuir:

- Habilitações ao nível do 12º ano ou equivalente;
- Conhecimentos e prática de informática como utilizadores, em ambiente Windows;
- Conta de correio eletrónico ativa e alguma prática na sua utilização;
- Disponibilidade de cerca de 12-15 horas/ semana para participação nos fóruns de discussão e nos chats; realização de autoestudo dos conteúdos disponibilizados online e/ ou em CD-ROM; cumprimento das tarefas determinadas e elaboração das autoavaliações e avaliações formativas e sumativas.

OBJETIVOS

- Desenvolver competências de formação avançada e aperfeiçoamento técnico e científico aos futuros autarcas e profissionais das autarquias nas áreas de administração e gestão das autarquias e comunidades intermunicipais, com vista a ocupação de cargos especializados na administração autárquica decorrentes da transferência das novas competências para as autarquias locais.
- Promover a excelência da formação avançada e da competitividade local para assegurar a qualificação na área da administração autárquica.

COMPETÊNCIAS A DESENVOLVER

Com esta formação pretende-se capacitar os formandos para:

- Compreender, numa perspetiva genérica, a evolução do poder local;
- Compreender o desenvolvimento, no tempo e no espaço, dos modelos de Administração Pública;
- Compreender as reformas da Administração Autárquica e os seus fundamentos;
- Adequar a prestação de serviços públicos às exigências das democracias contemporâneas;
- Apreciar, de forma crítica, o desenvolvimento e aplicação dos conceitos de cidadania ativa e participação pública nas diferentes tipologias de Administração;
- Avaliar as diferenças entre os diversos modelos de Administração Autárquica.
- Compreender que os novos modelos de governação exigem um novo modelo de gestão de recursos humanos;
- Compreender os novos contextos de transferências de competências para as autarquias locais;
- Elaborar e utilizar instrumentos diversificados para o desempenho das suas funções profissionais;
- Desenvolver uma atitude crítica de reflexão pessoal e profissional conducente a um processo de autoformação que se enquadre numa perspetiva de gestão e aperfeiçoamento profissional permanente;
- Adquirir competência para o exercício de funções, numa ótica de especialização a nível autárquico.

PLANO DE ESTUDOS E ESTRUTURA CURRICULAR

SINOPSE DOS MÓDULOS

Módulo 0: Integração e Ambientação ao Contexto online

Objetivos:

Esta Unidade Curricular (UC) tem por objetivos a socialização dos participantes e a criação de “um grupo” de trabalho, a familiarização com a utilização do *software* de gestão do curso, de forma a adquirirem as competências necessárias à exploração eficaz de todas as suas funcionalidades de intercomunicação, em especial as assíncronas, necessárias à frequência do curso.

Será explicada e treinada a forma como pesquisar “depressa e bem” informação na Web e será pedido aos participantes a procura (na Web), de informação relevante sobre os temas que constituem as matérias do curso. A UC é de natureza prática, com uma orientação centrada no saber-fazer.

No final deste módulo, os formandos deverão ter adquirido competências nos seguintes domínios:

- No uso dos recursos tecnológicos disponíveis no ambiente online (saber-fazer);

- Confiança e socialização online (formal e informal) nas diferentes modalidades de comunicação disponíveis no ambiente virtual (saber relacionar-se);
- Em diferentes modalidades de aprendizagem e trabalho online (aprendizagem independente, aprendizagem colaborativa, aprendizagem a pares, aprendizagem com apoio de recursos);
- Comunicação da presença social através da interação em contexto informal;
- Gerais de utilização da Internet (comunicação, pesquisa, gestão do conhecimento e avaliação de informação) no ambiente virtual onde irá decorrer o curso (uso efetivo do correio eletrónico, saber trabalhar em grupos online, saber fazer pesquisa e consulta de informação na internet);
- Regras de convivência social específicas da comunicação em ambientes online.

Módulo 1: A Administração Local Através do Tempo (26 horas - 1 ECTS)

Formador: Mário do Carmo

Objetivos:

Refletir sobre a génese da Administração local em Portugal como figura de referência obrigatória.

Ao longo da História o Poder Local sempre desempenhou um papel inquestionável na organização do Estado, tendo-se revelado fundamental a sua existência, a qual se traduz na diversidade de competências e materializada em inúmeros domínios de ação que estas entidades têm desempenhado.

As Autarquias Locais, enquanto ente público que integra a estrutura da organização global do Estado e que exercem um papel fundamental na prossecução das políticas públicas, não poderiam manter-se à margem da evolução do paradigma do Estado.

Prova disso são os movimentos que ao longo da História têm incrementado maior ou menor autonomia à ação do Poder Local e que lhes permite agir, ou não, de forma mais direta junto da sociedade/território onde intervêm, condicionando igualmente por essa via o respetivo nível de aproximação.

Competências

- Compreender, numa perspetiva genérica, a história do município.
- Estabelecer a diferença entre município, Governo e Estado.
- Avaliar as diferenças entre os diversos modelos de Administração Autárquica.
- Caracterizar os modelos apresentados.
- Compreender a importância da territorialização das políticas públicas, no atual contexto de globalização;
- Conceber e elaborar políticas autárquicas, aproveitando e potenciando as vantagens específicas territoriais;
- Desenvolver as suas competências na pesquisa e análise de informação e conhecimento relevante sobre os temas que compõem o presente módulo;
- Inteirar-se das consequências desta nova abordagem quanto aos processos e práticas de Administração.

Conteúdos:

- 1. A Administração Local: Passado e Presente**
- 2. O “Local” como metáfora de um modo de produção de Políticas Públicas**

Módulo 2. Reforma da Administração Local: A Nova Governação (26 horas - 1 ECTS)

Objetivos:

Será possível reformar as administrações local e supramunicipal sem mexer na administração central do Estado?

No atual contexto político-económico, de globalização, de crise económica, mas também tantas vezes de carências sociais graves, novos desafios se impõem às estruturas de governo local e particularmente aos municípios.

Os Governos Locais em Portugal atravessam uma fase de impulsos importantes, no âmbito de um processo generalizado de reforma administrativa. Existe um esforço, por parte de todos os agentes envolvidos, para melhorar o nível do serviço público.

A par de alguma incapacidade geradora de receitas próprias, em parte compensada por transferências diretas da Administração Central, em alguns casos e por razões diversas, na ótica da Gestão Pública em busca da eficácia e da eficiência na gestão dos recursos públicos, incompreensivelmente verifica-se uma enorme dificuldade junto da Administração Pública e particularmente da Administração Local em partilhar recursos e responsabilidades entre si, uma vez que, quer as atribuições e competências quer o respetivo quadro de financiamento está claramente definido e é muito homogéneo entre si e a convivência decorrente da dinâmica social e económica é inevitável.

Competências

- Capacitar os formandos com os conhecimentos necessários para poderem equacionar as grandes linhas de uma política de descentralização que inclua o aumento da intervenção autárquica em articulação com os agentes locais, numa perspetiva de desenvolvimento do potencial humano, sem descuidar os necessários ganhos de eficiência.
- Capacitar os formandos para compreender que a globalização provoca mudanças e desenvolvimento rápido na sociedade atual, os quais induzem novos desafios ao nível dos governos locais, os quais se vêm cada vez mais na necessidade de responder com rapidez às mudanças de carácter social, económico, tecnológico e no âmbito da gestão pública.

Conteúdos:

3. A Administração Local e os Modelos de Governação
4. O Contexto Socioeconómico do Poder Local em Tempo de Globalização
5. Novos Instrumentos de Gestão

Módulo 3: As Novas Competências das Autarquias e das Entidades Intermunicipais (26 horas – 1 ECTS)

Objetivos:

Analisar o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

O objetivo final do estudo é, assim, o de contribuir para uma definição pertinente e robusta do espaço que as autarquias e entidades intermunicipais podem e devem ocupar na senda da divisão administrativa do país.

O poder local é considerado um poder político, incluindo-se na Parte III da CRP. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais com órgãos representativos das populações respetivas que prosseguem os respetivos interesses públicos próprios. A organização das autarquias locais é descentralizada face ao Estado,

têm um espaço de normação próprio através das posturas municipais face à lei, possuem património e finanças próprios, têm receitas próprias e podem dispor de poderes tributários.

A autonomia local prevista na CRP não é só uma mera competência de autorregulação ou descentralização administrativa, tem a ver com uma população residente com interesses próprios num determinado território, aí exercendo poderes políticos em democracia.

Competências:

- Capacitar os formandos com os conhecimentos necessários para poderem avaliar se a transferência de competências obriga necessariamente a uma contratualização entre os níveis de poder envolvidos, a qual deve incluir a identificação mais clara, transparente e objetiva possível, das atribuições que são objeto de descentralização;
- Capacitar os formandos para compreender que a contratualização deve incluir igualmente a identificação dos meios financeiros e humanos cuja transferência terá de ser concomitante à passagem das competências.
- Capacitar os formandos para identificar os elementos principais favoráveis à descentralização de competências, designadamente a melhor satisfação da heterogeneidade de preferências e a redução de custos associados a situações de assimetria de informação, e os elementos principais favoráveis à centralização de competências, designadamente a capacidade de obtenção de economias de escala e a maximização ou prevenção de efeitos de *spillover* (positivos ou negativos).

Conteúdos:

1. **Novas competências na Administração Local**
2. **Descentralização de competências ou delegação de competências?**

Bibliografia:

Bilhim, João, *A Governação nas Autarquias Locais*, SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A. Edifício “Les Palaces”, Porto, 2004.

Bravo, Ana Bela Santos & Sá, Jorge A. Vasconcelos e. (2000), *Autarquias Locais: Descentralização e Melhor Gestão*, Lisboa – S. Paulo, Editorial Verbo.

Coelho, Maria Helena da Cruz, (2006), “O Poder Concelhio em Tempos Medievais: o “deve” e “haver” historiográfico”, *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 7, pp. 19-34. Recolhido através da web em 29-06-2009 no seguinte sítio: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3401.pdf>

Martins, Jorge Ilídio Faria (2007), *O papel dos municípios na construção das políticas educativas*, dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Moreno, Humberto Baquero (1986), *Os Municípios Portugueses Nos Séculos XIII a XVI*, Lisboa, Editorial Presença.

Mozzicafredo, Juan; Guerra, Isabel; Fernandes, Margarida A. & Quintela, João (1991), *Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local*, Lisboa, Escher.

Rebelo, Marta (2007), *Descentralização e Justa Repartição de Recursos entre o Estado e as Autarquias Locais*, Coimbra, Almedina.

Rocha, José A. Oliveira (2000), “O Futuro da Governação Local”, NEAPP -Comunicações em Conferências, recolhido em 13.05.2019 de:

Santos, António Almeida, & Fonseca, Fernando Taveira da (coord.) (2005), *O Poder Local em Tempo de Globalização: Uma história e um futuro*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Seabra, Teresa, et alli, (2012) *Relatório final sobre Avaliação da descentralização de competências de educação para os municípios*, (Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho), CIES-IUL/ISCTE/IUL, edição da Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência – Ministério da Educação e Ciência.

Silva, Miguel Matias Reis, *O Impacto da Reforma da Administração Local ao Nível das Competências das Assembleias e Câmaras Municipais*, Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Administração Pública, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2014.

Soares, Torquato de Sousa (1931), *Apontamentos para o Estudo da Origem das Instituições Municipais Portuguesas*, Lisboa, (sn).

Soares, Torquato de Sousa (1963), *Concelhos: Dicionário da História de Portugal*, 1ª Ed., Vol. I. Lisboa, Iniciativas Editoriais.

Zbyszewski, João Paulo (2006), *O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas: Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal*, Coimbra, Almedina.

Zbyszewski, João Paulo (2006), *O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas: Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal*, Coimbra, Almedina;

Artigos

Coelho, Maria Helena da Cruz, (2006), “O Poder Concelhio em Tempos Medievais: o “deve” e “haver” historiográfico”, *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 7, pp. 19-34. Recolhido através da web em 29-06-2009 no seguinte sítio:

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3401.pdf>

Rocha, José A. Oliveira (2000), “O Futuro da Governação Local”, NEAPP -Comunicações em Conferências, recolhido em 13.05.2019 de:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2911/4/futuro%20da%20governação%20local.pdf>

Zbyszewski, João Paulo (2006), *O Financiamento das Autarquias Locais Portuguesas: Um Estudo Sobre a Provisão Pública Municipal*, Coimbra, Almedina.

Material a disponibilizar online

METODOLOGIA E SISTEMA DE TUTORIA

A metodologia seguida neste curso é a estabelecida no Modelo Pedagógico Virtual da UAb para formações avançadas a desenvolver em regime de e-learning. A forma de trabalho utilizada neste curso compreende:

- a leitura individual e reflexão sobre os conteúdos disponibilizados ou sobre temas obtidos pelos formandos;
- a partilha da reflexão e do estudo entre os formandos;
- o esclarecimento de dúvidas nos fóruns moderados pelos formadores-tutores; e a
- realização das atividades propostas.

A leitura e a reflexão individuais devem acontecer ao longo de todo o processo de aprendizagem. Sem a leitura e a reflexão individual, o formando ficaria muito limitado na sua participação nos fóruns previstos, assim como também dificilmente poderá realizar com sucesso as atividades programadas.

A aprendizagem está estruturada por Tópicos. Em cada Tópico será criado um fórum moderado pelo formador e que permanecerá aberto ao longo de todo o curso, para esclarecimento das dúvidas e das dificuldades

sentidas e apresentadas pelos formandos, proporcionando assim uma possibilidade de interação permanente dos formandos entre si e com o formador.

AVALIAÇÃO

Os módulos do curso adotam o modelo de avaliação contínua, sendo a classificação final dos formandos o resultado do trabalho desenvolvido ao longo da vigência do curso (nomeadamente, a participação nos fóruns e a realização de atividades de avaliação).

A avaliação contínua terá uma ponderação de 70%, obedecendo aos seguintes critérios: participação nas aulas, aferidos pelos comentários, pesquisa bibliográfica, contributos temáticos e realização dos trabalhos solicitados; trabalho final na área da Administração Local, cujos contornos de execução serão acertados em situação de sala virtual, com uma ponderação de 30% para a avaliação final.

A conclusão do curso, após aprovação em todas as unidades curriculares, é reconhecida com a atribuição de um certificado de formação em **“Reforma da Administração Local, Inovação e Novas Competências”**.

CANDIDATURAS

Serão aceites inscrições, por ordem de chegada até um máximo de 40.

As inscrições são feitas através de inscrição online, acessível a partir do site da Universidade aberta em: <http://www.uab.pt/web/guest/estudar-na-uab/oferta-pedagogica/alv>

COORDENAÇÃO

Doutor Mário do Carmo

Email: marifcarmo@gmail.com

CONTACTOS PARA INFORMAÇÕES

Unidade para a Aprendizagem ao Longo da Vida (UALV)

Telefone: 30 000 2851 | e-mail: alv.info@uab.pt

CORPO DOCENTE

MÁRIO FERNANDO RAMOS DO CARMO PEREIRA BASTOS

Licenciado em História (1984), concluiu o mestrado em História Regional e Local (1999) e doutorou-se em História Contemporânea (2006), pela Universidade de Lisboa-Faculdade de Letras; foi assessor principal na Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros e em diversos organismos da administração pública; foi professor na Universidade Moderna (1990-2004) nos cursos de Organização e Gestão de Empresas, Investigação Social Aplicada e Psicopedagogia Curativa; na mesma universidade, coordenou a pós-graduação em Gestão de Caça e Turismo da Natureza (2003-2004); é formador em diversas ações de formação; foi

investigador no INA (2002/2003) e atualmente no Centro de História da Universidade de Lisboa; é autor de diversos trabalhos/artigos científicos na área do mundo rural; é coordenador das pós-graduações em Gestão Autárquica e Modernização: os Novos Desafios do Poder Local e Administração e Políticas Públicas; é, igualmente, professor/formador na UAb.